



ÁREA TEMÁTICA: Classes, Desigualdade e Políticas Públicas

A reunião como palco - Sentidos e práticas construídas em nome da “Participação” em Santana do Acaraú - Ceará - Brasil

SILVA, Clódson dos Santos

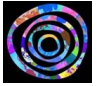
Mestre em Sociologia, Universidade Federal do Ceará

clodsonsilva@yahoo.com.br

Resumo

O artigo é resultado de um estudo de caso sobre a temática da democracia e participação em um município do Nordeste brasileiro. O *locus* são as reuniões do Grande Conselho Comunitário Municipal do Município de Santana do Acaraú - Ceará, nomeado popularmente como “Conselhão”. Tal fórum foi reconhecido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância como um dos modelos de gestão participativa no Brasil. Procurei não construir um diagnóstico em que a efetividade da “participação” (se ela existe ou não) ou dos seus resultados materiais alcançados se configurem em único critério analítico como acontece em muitos estudos que tratam dessa temática. A partir do modelo da representação teatral proposto por Goffman, interpretei tal fórum como um espaço de sociabilidade. Os sentidos construídos pelos frequentadores do Conselhão nas suas interações sociais compõem um material fecundo para a interpretação sociológica.

Palavras-chave: Democracia, Participação, Políticas Públicas





1. A reunião como palco: Sentidos e práticas construídas em nome da “Participação”

O mundo inteiro é um palco

Shakespeare - Hamlet

Se o mundo inteiro é um palco, como pensava Shakespeare, o campo político certamente é um lugar privilegiado para se observar como uma sociedade encena seus dramas. Embora, com papéis diferenciados, todos os homens e mulheres são atores dessa trama.

Nessa direção, vários cientistas sociais já lançaram mão de metáforas dramáticas para explicar a vida política. Balandier (1992), por exemplo, interpreta a política como “teatrocacia”. Segundo ele, o poder político é como um jogo de representações e ritos, uma linguagem contribui para tornar manifestas as diferenças sociais que separam os governantes dos governados.

As análises de Palmeira et al. (1995) e Heredia (2004) sobre as disputas ritualizadas nos comícios entre as facções políticas em pequenas cidades do interior brasileiro durante o período eleitoral, também endossam essa tese.

Já, Geertz (1991) e (1997), analisando minuciosamente a estrutura da sociedade balinesa do século XIX, destacou o caráter dramático e simbólico de toda a ação política que lá se encenava através de cortejos e pompa. Concluiu, então, que em Bali, os ritos, as cerimônias e os espetáculos do Estado são o próprio Estado.

Todavia, não é de hoje que metáforas ou analogias dramáticas, como as descritas acima são usadas para interpretar a política. Como exemplo clássico desse fato, podemos citar Maquiavel, que na primeira década do século XVI expôs o *script* de como conquistar o poder e conservá-lo através da manipulação da imagem do príncipe frente ao povo. Se por um lado sua obra foi interpretada pejorativamente por muitas pessoas como o livro de cabeceira de todo político, por outro, recebeu elogios como o de Rousseau (1997) que destacou que *Maquiavel, fingindo dar lições aos Príncipes, deu grandes lições ao povo*.

Em meados do século XVII, Hobbes também utilizou metáforas dramáticas para designar a representação dos súditos por um soberano. Em latim *persona* significa o disfarce ou a aparência exterior de um homem, imitada no palco. *E por vezes mais particularmente aquela parte que disfarça o rosto, como uma máscara ou viseira. E do palco a palavra foi transferida para qualquer representante da palavra ou da ação, tanto em tribunais como teatros. De modo que uma Pessoa é o mesmo que um Ator, tanto no palco como na conversação corrente* (Hobbes, 2004).

Um terceiro exemplo clássico de alusão teatral com a política pode ser constatado na maneira com que a peça de Sófocles, *Antígona*, foi apropriada por Sérgio Buarque de Holanda (1995), servindo para pensar as tensões entre as formas tradicionais de sociabilidade, centradas na família patriarcal, e o modelo de sociabilidade do mundo moderno, principalmente as consequências dessas tensões sobre o funcionamento do Estado Moderno.

Hannah Arendt (1987), já havia destacado que o teatro é acima de tudo uma arte política. Tanto o teatro, como a política, têm seus significados produzidos na interação entre os homens. Afastando-se da interpretação corrente de que o homem é um *zoon politikon* (Aristóteles), ou seja, de que a política remeteria a essência do homem, Arendt (2006), afirma que o homem é a-político, e que não existe nenhuma substância política original. Para ela, o sentido da política, assim como do teatro, surge no intra-espço e se estabelece como relação entre os indivíduos.

Erving Goffman (2002) busca justamente nessas relações, nesses encontros entre os atores sociais, explicação para os fenômenos sociais. Todavia, seu enfoque nas micro-análises vai além da descrição dos



fenômenos observados, ao analisar a interação social dos indivíduos, ele se preocupa essencialmente com a produção dos significados.

Nesse sentido, ele empregou metáforas dramáticas para indicar o caráter performático da vida social. Distanciando-se das análises macrosociais, que eram hegemônicas no meio acadêmico de sua época, ele investiu na interpretação das interações face-a-face.

Sua tese central é sobre a essência performática do (*self*) *Eu* que os atores sociais atribuem à interação com outros indivíduos. O *Eu* é demarcado por meio de expectativas feitas por outros, que servem de referência ou indicações para sua própria ação. Seu esquema analítico além de dramático é relacional. O prestígio do *Eu* frente a outros interlocutores depende do domínio que o ator social tem do arcabouço social e cultural hegemônico de uma determinada sociedade.

As várias interações que atores sociais participam são rituais, são oportunidades em que os indivíduos expõem suas faces conforme os enquadres construídos. Um bom desempenho na “arte de manipular a impressão” exige um investimento no controle das aparências, e nesse aspecto sua obra assemelha-se a um manual de como se colocar eficazmente na cena social.

Segundo Goffman, a representação de um ator social diante de outros indivíduos é composta pela *fachada*, (equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado durante a representação); pelo *cenário*, (a mobília, a decoração, a disposição física e outros elementos do palco que funcionam como suportes para o que é representado), e pela *realização dramática* (sinais que acentuam e configuram fatos confirmatórios que expressem suas pretensas qualidades durante a interação).

A proposta desse ensaio não é fazer uma exaustiva discussão teórica sobre os pressupostos do interacionismo simbólico na obra de Goffman. Mas sim, aceitar o desafio proposto pelo autor no prefácio de seu livro, *A representação do Eu na vida cotidiana*, de por à prova no estudo de casos específicos o modelo analítico da representação teatral.

Para operacionalizar isso, escolhi trabalhar neste texto um dos temas clássicos da ciência política, a participação. Tal termo ganhou espaço na mídia, nos discursos de políticos e nas agências multilaterais internacionais. Contudo, o uso generalizado deste termo acabou desprovido-o de qualquer conteúdo explicativo preciso. A diversidade de formas e segmentos sociais e políticos envolvidos nessas experiências exigem uma compreensão mais detalhada de casos específicos.

Destarte, escolhi como objeto de análise as reuniões do *Grande Conselho Comunitário Municipal do Município de Santana do Acaraú*, conhecido popularmente como “Conselhão”, que acontecem desde 1990 no último sábado de cada mês no município de Santana do Acaraú - CE¹.

O público desse fórum é composto predominantemente por agricultores. Nessas reuniões os agricultores levam as demandas de suas localidades ao prefeito e aos secretários e delegados de outras localidades do município. Essa experiência foi reconhecida pela Unicef como um dos modelos de gestão participativa.

Entretanto, antes de analisar as reuniões do Conselhão convém relatar alguns aspectos gerais da conjuntura política local das últimas décadas.

2. Prólogo

Em Santana do Acaraú, a história da política local é narrada em dois períodos. No primeiro período, anterior a 1989, o poder era disputado por dois grupos políticos ligados a seus “chefes políticos”, José Archanjo Neto e Chagas Vasconcelos ambos descendentes de uma mesma família tradicional na região.

Durante os trinta anos que antecederam as eleições municipais de 1988, o poder executivo local foi ocupado pelo grupo político liderado por Chagas Vasconcelos (PMDB). As gestões ligadas a esse político foram associadas recorrentemente a “política tradicional”.



Foi a partir dessa configuração política que um dos grupos políticos começou a construir uma proposta marcada pelo discurso de rompimento com um passado qualificado por eles como “oligárquico”. Tal ruptura é atribuída à ascensão pessoal do médico João Ananias Vasconcelos Neto na política local, que é filho da própria “oligarquia” que diz ter combatido.

Em 1989, a chegada de João Ananias (PSB) ao poder executivo daquele município foi marcada pelo discurso de ruptura com o passado classificado como “oligárquico” e de construção de espaços para a “participação popular” na gestão pública municipal. A ascensão desse grupo fomentou um processo que desencadeou a formação de inúmeras associações comunitárias. Essas associações elegem representantes (delegados) para compor o Conselhão. Desde sua primeira gestão em 1989 até as eleições de 2001, o grupo de João Ananias renovou sua liderança no executivo local elegendo prefeitos que traziam como *slogan* de campanha a “participação”.

3. O cenário

A partir das observações de sete reuniões do Conselhão entre o final de 2002 e início de 2004, juntamente com os relatos de reuniões realizadas em outras gestões, foi possível perceber que no decorrer desse período ocorreram mudanças no formato das reuniões, porém, prevaleceram uma série de características que podem ser agrupadas no que denominei de *momentos* e que nos ajudam a compreender as nuances desse fórum.

Um desses momentos antecede o início das reuniões. Em geral, é marcado pela chegada das pessoas encarregadas da organização do *cenário* do evento (são pessoas arregimentadas pelo Diretor do fórum, que são responsáveis pela alimentação, pela limpeza, pelo som e pela organização das cadeiras, etc.).

Quando os primeiros frequentadores começam a adentrar no pátio da associação, assinam uma lista de presença e recebem um *ticket* que lhes dá direito à refeição que é servida no final do encontro. As pessoas são recepcionadas com cafezinho, biscoitos e, aos poucos, começam a formar rodas de conversas informais ao som de músicas populares. A platéia é predominantemente composta por agricultores adultos.

No interior da associação, o espaço é organizado através de uma grande mesa e a disposição das cadeiras depende da dinâmica adotada nas reuniões. Na maioria das vezes, o espaço é claramente hierarquizado, com uma mesa no centro do palco, onde se sentam o diretor e o secretário, as “autoridades” (os secretários municipais, os vereadores e o prefeito, quando presente), convidados (professores universitários, visitantes de outros municípios, técnicos) e alguns representantes de associações.

Diante dessa mesa, formam-se linhas de cadeiras, voltadas para frente do palco. Durante a reunião, as pessoas que queiram falar e que não se encontrem na *mesa* precisam se levantar e caminhar até à frente do palco numa espécie de incorporação momentânea à mesa.

Nunca presenciei ou obtive relatos de uma reunião em que a disposição espacial dos participantes formasse um grande círculo. Tal arranjo só foi encontrado em discussões em pequenos grupos de trabalho. Nessas ocasiões, as cadeiras eram dispostas em pequenos círculos, que reuniam representantes de uma mesma localidade. Em tal arranjo espacial o grau de distanciamento entre o lugar onde fica a *mesa* (diretoria, “autoridades” e convidados) e os demais participantes temporariamente desaparece. Nesse sentido, o próprio arranjo espacial simboliza os ideais igualitários da organização que promove o evento.

O “Momento de Abertura” marca o início formal da reunião. Os encontros são inaugurados pela fala do diretor, que geralmente começa saudando os presentes, registrando oralmente o número da reunião. Ainda no “Momento de Abertura”, realiza-se a composição da *mesa*. São chamados para compô-la as “autoridades”, os convidados, e, dentre a platéia, os representantes de diversas associações.

Em seguida, acontece o “Momento dos Informes”. Nesse espaço de tempo, qualquer pessoa que tiver alguma informação que queira tornar pública pode se pronunciar. É o tempo dedicado a informativos de



programas assistenciais, interlocução com outros fóruns, informações sobre concursos e realização de eventos.

O espaço de maior interlocução entre a população e os representantes da prefeitura durante as reuniões acontece no “Momento das Comunidades”. Nesse período, não existe uma definição prévia de quem vai falar. As pessoas aproveitam esse momento para solicitar obras públicas pontuais para suas localidades, fazem perguntas sobre seguro safra, frentes de trabalho, cestas básicas, agradecem e tecem críticas.

Para fazer uso da palavra as pessoas se inscrevem através de uma ficha que, além da localidade de origem, nome e função que ocupa na associação, também contém o assunto a ser tratado. Formalmente, o tempo de cada pessoa inscrita se restringe a cinco minutos, que quase nunca são cumpridos.

Embora não esteja definido quem fala nesse momento, algumas pessoas recorrentemente pedem a palavra. Alguns, para tratar de temas específicos como o meio ambiente; outras, cantam, recitam versos de poemas.

Observando a movimentação de pessoas ao redor da *mesa*, percebe-se que o uso da palavra no “Espaço das Comunidades” não é o único canal de acesso ao prefeito durante as reuniões. No decorrer das apresentações é possível notar pessoas com pequenos papéis nas mãos circundando a mesa para fazer pedidos individuais ao prefeito. Essa é uma das principais mudanças ocorridas na gestão de Farias em relação às outras três gestõesⁱⁱ.

No entanto, mesmo nas gestões anteriores do PSB em que era enfatizado o atendimento de solicitações de caráter coletivo, ainda assim, conviviam-se com pedidos individuais, mas que em geral, segundo relatos, eram feitos fora do fórum.

Ao término do “Momento das Comunidades” o prefeito responde às reivindicações. A fala do prefeito representa em geral o primeiro momento de *fechamento* da reunião. É de tal fala que surgem as decisões ou *encaminhamentos* às secretarias.

Na parte final do encontro, “Momento do Fechamento”, o diretor faz a avaliação da própria reunião. Neste momento o número de pessoas aumenta expressivamente, principalmente a quantidade de crianças da vizinhança do centro comunitário. O aumento repentino deve-se ao fato de que ao término do encontro é servido um almoço gratuito aos que estão presentes.

4. A Dimensão ritual

Apesar das mudanças na dinâmica do Conselho, principalmente a partir de 2001, com o início da gestão de Farias e com o respectivo afastamento da assessoria que organizava as reuniões, os encontros desse fórum não deixaram de ocorrer, mesmo com a ausência do prefeito em muitas reuniões.

Percebe-se, conversando com os agricultores, que a frequência nas reuniões não é associada exclusivamente à possibilidade de conseguir obras pontuais para suas localidades. Muitas pessoas persistem em frequentar as reuniões, mesmo com a ausência do prefeito no decorrer do ano de 2001, mesmo sem ganhos significativos para suas comunidades. Por que essas pessoas continuaram a frequentar as reuniões? Observei que se analisasse exclusivamente o desempenho institucional ou mesmo os aspectos formais dessa experiência, provavelmente desqualificaria a adesão dessas pessoas. Contudo, ao levar em consideração a perspectiva dos frequentadores desse fórum, essa aparente falta de racionalidade saiu de cena.

A partir de depoimentos, nota-se que não existe uma única causa que explique a adesão dessas pessoas a esse fórum. Analisar essa experiência a partir de critérios formais de avaliação (existe ou não participação), só tenderia ao empobrecimento. No entanto, é possível compreender a complexidade desse caso trabalhando as reuniões sob outra perspectiva, não priorizando diagnósticos em que a efetividade da “participação” ou dos seus resultados alcançados se configurem em único critério analítico, embora também sejam significativos. Segundo Comerford:



As reuniões podem ser vistas também com um elemento importante na construção desse universo social, na medida em que criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns parâmetros e mecanismos de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em sua ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar (Comerford, 1999).

Ao pensar a reunião sob essa ótica é possível trabalhar os encontros do Conselhão como um espaço de sociabilidade. As trocas de informações através das conversas entre as pessoas de diferentes comunidades nos momentos que antecedem ou mesmo durante as reuniões compõem um material fértil para a interpretação sociológica.

Além disso, tais encontros representam a oportunidade em que as pessoas que residem em localidades da zona rural, afastadas da sede do município, têm para entrar em contato e “cobrar ações” das “autoridades” (prefeito, vereadores, secretários municipais), pessoas que não são facilmente encontradas no cotidiano daquelas localidades.

Com quatorze anos de existência, as reuniões tornaram-se um ponto de encontro. Muitas pessoas dizem, com orgulho, das poucas vezes que perderam uma reunião. A ausência de uma ou outra reunião quase sempre é atribuída a problemas de saúde ou deslocamento, pois o transporte torna-se muitas vezes inviável pelas condições das estradas no período chuvoso.

A partir da proposta de Goffman, podemos perceber a classificação dos diferentes papéis desempenhados em uma reunião. Nas reuniões do Conselhão, obtém-se formalmente uma primeira distinção: as pessoas que coordenam a reunião e os que não têm essa atribuição. Neste caso estudado, a Diretoria desempenha o papel da coordenação, e é formada por um diretor e por um secretário e formalmente por um representante do poder executivo local.

É competência da coordenação conduzir a reunião de acordo com um roteiro; controlar as etapas da reunião; a ordem e do tempo de fala dos inscritos; o ruído da platéia e da elaboração da ata. A coordenação ainda cuida de aspectos infra-estruturais, tais como; disposição espacial das cadeiras; a aparelhagem de som utilizada e a divulgação da reunião.

Outra função da coordenação que a distingue das demais pessoas que frequentam uma reunião é que, durante o encontro, a coordenação desempenha o papel de mediadora entre as “autoridades” e os outros participantes.

A *mesa* representa simbolicamente essa divisão em termos espaciais. É o espaço ocupado pela diretoria e pelas “autoridades”, em contraste com o plenário, que é o espaço dos participantes ou da platéia da reunião, no caso os agricultores.

A hierarquia imposta pela distinção de lugares (*mesa* e *público*) é simbolicamente flexibilizada nesse momento, pois o diretor convoca além das “autoridades” e convidados, pessoas da platéia para comporem a *mesa*. Nesse instante, o número de cadeiras que se encontra atrás da mesa ultrapassa sua extensão. Porém, após o “Momento de Abertura”, geralmente as pessoas da platéia convidadas para comporem momentaneamente a *mesa* retornam aos seus antigos lugares, voltando a integrar o *público*.

O “Momento das Comunidades” é o instante de *discussão* nas reuniões. Tal período é concebido como a ocasião de maior interação entre o *público* e a *mesa*. Em tese, seria a oportunidade de um maior número de pessoas exporem suas opiniões a respeito dos temas em pauta. Contudo, somente um número reduzido de



peças dentro a platéia usufrui desse espaço; a maioria dos freqüentadores, muitas vezes, se limita a assistir e ouvir.

Em analogia com a perspectiva dramatúrgica de Goffman, podemos chamar esse pequeno grupo de pessoas de *equipe de frente*. Trata-se de uma categoria também utilizada por Comerford (1999), que usamos, aqui, para fins analíticos para observar as reuniões.

Segundo Comerford, a *equipe de frente* é composta pelo conjunto das pessoas que falam mais vezes e mais longamente nos momentos de discussão, a ponto de se destacarem, já os demais, que basicamente assistem às falas desses primeiros, são nomeados de *público*.

As pessoas que integram a *equipe de frente* não são obrigatoriamente “autoridades”, sequer membros da diretoria do Conselhão, nem mesmo pessoas com elevada escolaridade formal.

O que caracteriza a *equipe de frente* é a recorrência que essas pessoas fazem uso da palavra nos vários momentos da reunião, mas principalmente no “Momento das Comunidades”. São pessoas que no decorrer de suas atividades associativas adquiriram, com o tempo e prática, certa desenvoltura para fazer uso da palavra.

Evidentemente que as pessoas que compõem a diretoria ou as “autoridades” e convidados também freqüentemente usam a palavra, principalmente para dar informes e responder questões levantadas pela platéia ou discorrer sobre algum assunto específico da área em que atuam.

Os limites da *equipe de frente* não são totalmente rígidos. Uma pessoa do *público* pode passar a compô-la desde que passe a expressar suas opiniões freqüentemente em diversas reuniões, e que desperte, então, a simpatia do público através de uma sintonia entre sua fala e os anseios da platéia. Dessa forma, seu prestígio aumentará diante dos outros participantes do Conselhão e o sujeito em questão e até pode ser acionado como porta voz das reivindicações de pessoas do *público* que não têm tanta desenvoltura.

O *público* caracteriza-se por “participar” como ouvinte das falas, mesmo no “Momento das Comunidades” em que supostamente todos deveriam expressar suas reivindicações, opiniões e propostas.

Entretanto, sequer por isso o *público* desempenha um papel menos importante. Por exemplo, o tamanho da platéia, bem como a presença de pessoas das várias regiões do município é um importante indicador de prestígio para as pessoas que organizam e frequentam essas reuniões, podendo apontar a importância do assunto a ser tratado na pauta ou prestígio de quem fala ou mesmo das pessoas que promovem o evento.

A quantidade de pessoas presentes durante um encontro do Conselhão varia de acordo com o momento da reunião. As variações no número de pessoas presentes, o trânsito maior de pessoas, ou mesmo o esvaziamento durante alguma fala ou em algum momento da reunião pode expressar sinais de discordância ou falta de interesse sobre o tema tratado, ou sobre o próprio orador.

Porém, excluindo as pessoas que tradicionalmente frequentam as reuniões, as pessoas da *equipe de frente*, as “autoridades” e a diretoria, há também um grupo de pessoas contingentes que compõem parte do *público*. Tal grupo é formado por pessoas que procuram a reunião para resolver algum problema pontual do lugar onde residem, e assim que o solucionam ou não deixam de frequentar as reuniões. Existe, também, um número maior de pessoas que moram nas vizinhanças da associação que são atraídos pela oferta gratuita do almoço ao término das reuniões. Em geral, esse último grupo predominantemente formado por mulheres e crianças, aparece nas últimas horas da reunião.

5. A Fala Performática

Em muitos depoimentos de integrantes da *equipe de frente*, a participação foi associada à “fala”. Segundo Peirano, *falar também é uma forma de agir, como qualquer outro tipo de fenômeno: falar e fazer têm, cada um, sua própria eficácia e propósito, mas ambos são ações sociais* (Peirano, 2003). Austin (1990) observa que a linguagem é uma ação, uma forma de agir sobre o real.



Através da fala podemos analisar o desempenho que o ator social tem em conquistar ou não seus interlocutores. É interessante observar o desempenho dessas pessoas que pedem a palavra no “Momento das Comunidades”. Desembaraçadas, elas se dirigem ao prefeito e aos secretários reivindicando, fazendo críticas ao andamento de alguma obra. Às vezes o prefeito, os vereadores e os secretários presentes nas reuniões são constrangidos pelas pessoas que pedem a palavra.

Às vezes quando eles vêm, passam vergonha, da minha boca mesmo esses dias eles estavam todos aí, e eu disse:... “olha, a obrigação dos vereadores é sair nos bairros atrás do que fazer e trazer para o prefeito, agora se o prefeito não atender, não fazer, a capacidades deles é procurar e trazer, seu prefeito, bairro fulano de tal está faltando um calçamento, bairro fulano de tal está faltando esgoto, bairro fulano de tal está faltando água, tá faltando luz, lá esta faltando escola, está faltando a creche para os meninos”. Se o prefeito não atender, aí quando passar os quatro anos, quem vai levar nome de prefeito vagabundo não é vocês não, vocês vão levar nome de vereador trabalhador, mas agora o prefeito, ah, prefeito vagabundo, não fez nada para nós... (Representante do Bairro Pedregal)

A espontaneidade da fala desses agricultores não é um acontecimento fortuito. É possível observar, nos momentos que antecedem a abertura das reuniões, alguns deles articulando suas falas em pequenos cadernos. As reivindicações, os informes ou suas críticas são anotadas e ensaiadas em conversas informais. Existem também aquelas pessoas que se destacam recitando poemas; há uma expectativa de que essas pessoas discurssem.

Nota-se também que, geralmente, quando os agricultores se pronunciam criticando as “autoridades” (atuação de um secretário, de um vereador ou mesmo do prefeito), fazem-no indiretamente, não dizendo o nome a quem são endereçadas as críticas. Ao invés disso, frequentemente usam termos genéricos tais como “eles, os políticos”, “as autoridades”. Essa atitude ao mesmo tempo em que distingue quem se pronuncia das “autoridades”, também procura respaldo no público, reforçando uma identidade coletiva, “nós os agricultores”, “nós pobres”, “nós trabalhadores”.

Presenciei alguns desses episódios em que alguns agricultores, ao se pronunciarem, às vezes até se comportavam ironicamente diante da ineficácia da prefeitura em atender às suas reivindicações. Tal como no depoimento de um agricultor citado abaixo:

Para fazer um calçamento em nosso bairro, nós fazíamos abaixo-assinados, cobrava e nada, aí levaram para a câmara dos vereadores, lá foi votado ganhado e o prefeito disse quando tivesse dinheiro. Até um dia eu vim para cá; aí diretor é o seguinte eu vim pedir uma coisa: “o que é?” Para não fazer mais o calçamento do bairro do Pedregal, agora nós vamos pedir para você não fazer, porque você já prometeu mil vezes e não fez. Aí ele achou graça, e disse: “é, você está dizendo para mim não fazer, pois eu vou fazer”. Isso foi sábado, quando foi segunda-feira começou a botar areia e fez o calçamento, tá lá o calçamento... (Representante do Bairro Pedregal).

A partir de tais performances, instigou-me a seguinte questão: o que leva os prefeitos a se exporem dessa forma? Falas como essas pronunciadas em outros espaços, em outros contextos ou cenários que não o “Momento das Comunidades” por outros atores sociais teriam a mesma receptividade?

Observando as reações do prefeito Farias nas reuniões de 2002, percebe-se que nem todas as críticas foram recebidas da forma descrita acima. Pronunciamentos como esses parecem depender de quem fala, e em que momento se pronuncia. Em 2003, por exemplo, durante uma reunião do Conselho um membro do Conselho Tutelar criticou a atuação da prefeitura e foi energicamente repreendido pelo prefeito e pelo chefe da polícia local. O prefeito desqualificou suas críticas e as identificou como “intriça política da oposição”.



No caso dos agricultores as críticas feitas em público não são tomadas como ofensivas, mesmo sendo irônicas. Essas pessoas que são reconhecidas pelos outros freqüentadores do Conselho como lideranças comunitárias, em sua maioria não são filiadas a nenhuma sigla partidária e têm suas falas e reivindicações reconhecidas como legítimas pelos demais.

Contudo, nem todos os agricultores pedem a palavra nas reuniões. Em alguns casos, os agricultores que não possuem a performance das pessoas que pertencem à *equipe de frente*, por inibição ou timidez, preferem não falar diante da platéia do Conselho, nesse caso delegam suas reivindicações, seus questionamentos para outros agricultores que têm maior desenvoltura e que integram a *equipe de frente*. Isso faz com que poucos agricultores se tornem portadores das reivindicações de várias pessoas presentes na reunião, mas que preferem não se pronunciar por meio do microfone.

As pessoas que compõem a *equipe de frente*, mesmo não exercendo nenhum cargo formal dentro do Conselho, acabam sendo reconhecidas como os porta-vozes da comunidade pelos políticos locais (secretários municipais, vereadores, prefeito), e pelos membros das localidades onde vivem. Tal reconhecimento, outorga uma legitimidade que os diferencia dos demais.

Essas pessoas, aparentemente, gozam de certa autonomia em relação aos gestores municipais. Pois, mesmo com a mudança de prefeito, elas continuam sendo reconhecidas pelos outros agricultores e pelos gestores municipais como lideranças comunitárias, não sendo identificadas exclusivamente com nenhum dos gestores.

Entretanto, esse grupo de pessoas que nomeei de *equipe de frente* não é uma unidade estanque. A fronteira entre público e *equipe de frente* não é fixa. Uma pessoa pode passar a integrar e ser reconhecida como pertencente a esse grupo. Para isso, essa pessoa tem que, além de frequentes intervenções nas reuniões, construir uma identificação com o que o restante do público desejaria expressar.

Assim, as pessoas que se destacam nas reuniões através da fala acabam criando oportunidades de falar mais. Essa espécie de feedback positivo reforça a identificação das pessoas que se destacam nas reuniões, reforçando a necessidade da presença nas reuniões. Reforça também o interesse desses agentes de promover reuniões. A existência das reuniões como “palco” em que essas pessoas que “falam bem” podem se apresentar diante do “público garantido”. (Comerford, 1999)

As pessoas do público que não se pronunciam diante da platéia inclinam-se a adotar uma outra forma de “participação” que não prioriza a *fala pública*, mas sim a *presença como público*. Eles compõem uma espécie de “audiência” e suas idéias são apresentadas de uma maneira muito sutil, ou através da delegação da fala a outra pessoa ou por manifestações na platéia, como os ruídos, as palmas, palavras de ordem, sons que, de certa forma, reforçam ou desaprovam o discurso de quem se pronuncia.

O “Momento das Comunidades” é ocasião em que são proferidas essas falas; é o período em que simbolicamente é construída uma horizontalidade momentânea entre agricultores que integram a *equipe de frente* e as “autoridades”.

Você vem para o Conselho, aqui não tem o doutor, não tem o chefe, aqui não tem o grande, na hora que eu quiser falar eu posso vir com as pernas da calça toda rasgada, mas se eu quero falar tem apoio de tudo mundo, tá entendendo? Tem apoio da coordenação. Porque antes, gente pobre, gente lá da zona rural era um ninguém, podia falar trinta vezes, quarenta vezes, ninguém me ouvia pra coisa nenhuma, agora não. Está a coordenação acolá, prefeito, vereador, quem quer que seja, presidente daí do Conselho na hora que eu quiser falar quer dizer, posso dizer aquilo que eu quero, eu posso desabafar, eu posso fazer o meu desabafo. (Representante de Associação Religiosa)



Nesse espaço de tempo, dependendo de quem se pronuncie, e da maneira como conduza seu discurso, pode ter sua fala legitimada pelo *público*. Tal liberdade de fala permite um rompimento momentâneo das fronteiras que tradicionalmente separam as “autoridades” do restante da população em um tipo de transgressão impune.

Em alguns aspectos tais pronunciamentos assemelham-se ao papel desempenhado pelo “Clown” estudado por Balandier (1992). A figura do “Clown” rompe com a ordem cotidiana, com os tabus sociais; dispendo de liberdade de fala, sua narração atacava e ridicularizava os abusos das classes dominantes medievais (nobres e padres), porém, ao mesmo tempo em que transgredia e dá vazão aos sentimentos reprimidos da população, também ajuda na manutenção da ordem social, já que se restringe aos limites da teatralização ritual.

Nessas performances ritualizadas, a fala do integrante da *equipe de frente* procura personificar simbolicamente as aspirações do *público*. Por isso, frequentemente os pronunciamentos são feitos na primeira pessoa do plural (nós).

Um outro exemplo de performance discursiva recorrente nas entrevistas com os agricultores e nas observações das reuniões é o “desabafo”. O “desabafo” ilustra bem como o papel desempenhado pelo indivíduo é moldado de acordo com os papéis desempenhados pelas pessoas presentes. Esse tipo de fala em geral ocorre através do relato de um drama pessoal que é tornado público no “Momento das Comunidades”. O drama pessoal começa sendo narrado na primeira pessoa do singular “eu”, porém, ao remeter aos problemas que também são vivenciados por outras pessoas, acaba invocando a “lealdade dramática” do *público*, e termina sendo narrado na primeira pessoa do plural, “nós, os agricultores”, recebendo durante sua performance sinais de aprovação como palavras de incentivo, aplausos e assobios.

Essa performance dos agricultores nas reuniões – de dirigir críticas às “autoridades”, de se situar na frente do palco diante de um número grande de pessoas, de saber lidar com microfone etc. – foi se consolidando ao longo dos catorze anos de existência do Conselho. De acordo com vários depoimentos, nos primeiros anos das reuniões do Conselho, as pessoas eram mais inibidas. Nota-se também que não são todas as pessoas que adquiriram essa desenvoltura para falar, são algumas pessoas que rotineiramente se apresentam. E, como já foi ressaltado, a receptividade para essas falas também não foi a mesma em todas as gestões municipais.

Nota-se que quase a totalidade desses agricultores não tem escolarização formal. O ato de expressar-se na frente do palco, falar ao prefeito e aos secretários municipais em público, carrega certo *status*. Estar perto do gestor municipal, mesmo que momentaneamente, coloca essas pessoas em “pé de igualdade”, a ponto de algumas delas tratarem o gestor como um funcionário que deve satisfações à população, uma coisa impensável há vinte anos em um município cuja política se caracterizava pelas relações hierárquicas e tradicionais. O depoimento de um agricultor citado abaixo corrobora tal leitura:

O trabalhador, eu lhe digo que ele tem ganhado voz, é porque antigamente, no meu tempo de mais novo, no tempo dos meus pais, dos meus avós, a gente não tinha a chance de chegar a uma sociedade e falar assim com qualquer cidadão, a gente tinha que ter aquele tempo para chegar e falar com ele. E hoje não, você pode ser o cidadão que for, tanto nós tem vez e voz de falar, como a gente já sabe falar com ele.
(Agricultor de Alvaça Goiabeiras)

Depoimentos como o citado acima mostram que a inibição para falar em público sobre determinados assuntos não se refere somente a uma questão de timidez. Revelam também o rompimento de um estigma introjetado nessas pessoas, a ponto de, em um dado momento de suas histórias de vida, não se sentirem portadoras do direito de reivindicar, de criticar publicamente os gestores municipais, algo restrito às pessoas de maior *status* ou ao “cidadão” ou “pessoa”, segundo a fala acima citada. Justamente porque esse agricultor não se sentia parte desse grupo, suas reivindicações, na sua ótica, só eram levadas em consideração num tempo específico, no período eleitoral, no “tempo da política” (Palmeira 1996), tempo em



que os candidatos visitam a zona rural, tempo dos apertos de mãos; de políticos chamarem os agricultores pelo nome e de escutarem atentamente suas reivindicações.

Nas reuniões, a valorização da opinião, mesmo que simbolicamente, fez com que os agricultores introjetassem a idéia de que têm um papel importante na implementação das obras públicas que passam pelo crivo do Conselho:

Na hora que o prefeito arranjar uma coisa, e dizer assim “foi eu que arranjei”, eu não, foi nós que arranjamos. A ponte do Rio Acaraú, no dia que foi feito o projeto da ponte, foi aqui não, foi no centro comunitário ali, aí assinou mais de 400 pessoas pedindo a ponte, aí o prefeito pegou as assinaturas, o abaixo assinado, aí se reuniu com deputados federais e estaduais para ir a Brasília para pedir ao governo federal para botar no orçamento para se fazer a ponte que foi feita. Aí que quando a ponte vem, aí fica só o nome do prefeito lá, e botou a placa lá, aí para a minha pessoa era para ele ter colocado “Nós de Santana arranjemos a ponte do Rio Acaraú”. Nós, nós é uma coisa e Eu é quando a gente compra um objeto, daí isso aqui foi eu que comprei, mas, quando é pedido, é Nós. (Representante do Bairro Pedregal)

Percebe-se que para esses agricultores os canais de interlocução com a prefeitura, criados no Conselho, não são apenas um exercício de oratória, mas criam também um sentimento nessas pessoas que frequentavam as reuniões de que elas têm um papel importante na elaboração das políticas públicas, produzindo um sentimento de co-autoria.

6. Considerações Finais

Ao aceitar o desafio proposto por Goffman procurei trabalhar não só a dimensão institucional dessa reunião, mas também a dimensão dramática construídas nas interações face-a-face em nome da participação. Assim sendo, podemos perceber que as reuniões do Conselho trouxeram mudanças na organização social local, muitas vezes repercussões sutis, mas que assumem uma importância muito grande para seus protagonistas. Tais transformações extrapolam critérios materiais (número de obras ou projetos aprovados), incorporando significados surpreendentes ao serem trabalhadas a partir da ótica de seus protagonistas.

As reuniões exerceram um papel pedagógico, no sentido mais amplo da palavra, ou seja, ao debater as prioridades de investimentos da prefeitura os participantes desse fórum o desenvolveram uma visão global sobre os problemas do município, e de certa forma, desmistificaram o funcionamento do orçamento da prefeitura, habilidades apontam para ideais democráticos.

Ao participar desse jogo dramático, estigmas vinculados a certos atores sociais, como os agricultores sem educação formal descritos neste ensaio, podem ser desconstruídos. Nesse jogo de espelhos que se refletem mutuamente, a identidade desses agricultores é resignificada, e mesmo a política, outrora percebida como coisa de especialistas, passa a compor o repertório dessas pessoas.

Referência Bibliográfica

ARENDR, Hannah (1987), *A Condição Humana*, Forense-Universitária.

ARENDR, Hannah (2006), *O que é política?* Bertrand Brasil.

AUSTIN, J. L (1990), *Quando dizer é fazer: Palavras e Ação*. Porto Alegre: Artes Médicas.

BALANDIER, Georges (1992), *O Poder em Cena*. Editora Minerva.

COMERFORD, John Cunha (1999), *Fazendo a Luta*. Ed. Relume Dumará, Rio de Janeiro.

GEERTZ, Clifford (1991), *Negara – O Estado Teatro no Século XIX*. Difel.



- GEERTZ, Clifford (1997), *O Saber Local*. Petrópolis. Vozes.
- GIRARDET, Raoul (1987), *Mitos e Mitologias Políticas*. Companhia das Letras.
- GOFFMAN, Erving (2002), *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Vozes.
- HEREDIA, Beatriz M.(2004), Lutas entre iguais: as disputas no interior da facção política. In. *A Política no Brasil*. Rio de Janeiro. Relume Dumará.
- HOBBS, Thomas (2004), *Leviatã*. Coleção os Pensadores. Abril Cultural.
- HOLANDA, Sérgio Buarque (1995), *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras.
- MAQUIAVEL, Nicolau (1996), *O Príncipe*. Coleção os Pensadores. Nova Cultural.
- PALMEIRA, Moacir et al. (1995), Os comícios e a política de facções. In. *Anuário Antropológico*, Tempo Brasileiro.
- PALMEIRA, Moacir (1996), "Política, Facções e Voto".In: PALMEIRA et al.,. *Antropologia, Voto e Representações Política*. Rio de Janeiro, Contracapa Livraria.
- PEIRANO, Mariza (2003), *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (1997), *Do Contrato social*. Coleção os Pensadores, ed. Abril Cultural.
- SHAKESPEARE, Willian (2002), *Hamlet*, SP, Paz e Terra.
- SILVA, Clódsen Santos (2004), *O Que se diz e o que se faz em nome da participação – Conselhão Santana do Acaraú - CE*. Dissertação de Mestrado, UFC.

- ⁱ Santana do Acaraú localiza-se a 262 km de Fortaleza na região Norte do Estado do Ceará - Brasil.
- ⁱⁱ João Ananias (1989-1992), Ari Fonteles (1993-1996), João Ananias (1997-2001).